

Relatório 2017



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores (as) Associados (as),

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis do exercício de 2017 da Cooperativa de Crédito Original – SICOOB Original, na forma da legislação em vigor.

I. Política Operacional

Em 2017, o SICOOB Original completou 29 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito e a aplicação financeira (poupança) para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos, captação de depósitos e prestação de serviços financeiros.

II. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o SICOOB Original obteve um resultado de R\$ 3.605.516,92, representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 9,60%.

III. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira (Aplicações em RDC e disponível) somaram R\$ 84.046.740,39. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 151.424.180,19 e encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 52.957.045,36	34,97%
Carteira Comercial	R\$ 98.467.134,83	65,03%

Os vinte maiores devedores representavam, na data-base de 31-12-2017, o percentual de 21,61% da carteira, no montante de R\$ 32.721.232,13.

IV. Captação

As captações somaram R\$ 165.832.677,18 e encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 28.259.124,14	17,04%
Depósitos à Prazo	R\$ 130.825.768,70	78,89%
LCA	R\$ 6.747.784,34	4,07%

Os vinte maiores depositantes representavam, na data-base de 31-12-2017, o percentual de 11,18% da captação, no montante de R\$ 18.534.477,10.

V. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB Original era de R\$ 37.560.714,22. O quadro de associados era composto por 22.706 cooperados, havendo um acréscimo de 24,85% em relação ao exercício anterior.

VI. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observadas e cumpridas, cercando ainda a Instituição Financeira Cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do associado através do “CRL” (cálculo de risco e limites), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB Original adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682, havendo uma concentração de 96,44% nos níveis de “AA” à “C”.

VII. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia-a-dia.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL SC/RS, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Instituição Financeira Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a instituição adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Instituição Financeira Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A instituição adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados respeitando as peculiaridades e singularidades da Instituição Financeira Cooperativa e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Em relação aos Recursos Humanos do SICOOB Original, direcionou-se a preocupação da orientação educacional e motivacional, tendo os colaboradores participados em cursos de treinamentos realizados pelo SICOOB CENTRAL SC/RS, SESCOOP e demais instituições que prestam serviços de aprendizagem. A Instituição Financeira Cooperativa encerrou o ano com 119 (cento e dezenove) funcionários, 11 (onze) a mais em relação ao ano anterior.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

VIII. Conselho Fiscal

Eleito em AGO, com mandato até 2021, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Instituição Financeira Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2017, todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL SC/RS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

IX. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Cooperativa de Crédito Original – SICOOB Original tem ciência ao Código de Ética e de Conduta Profissional. Todos os novos funcionários, ao ingressarem na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

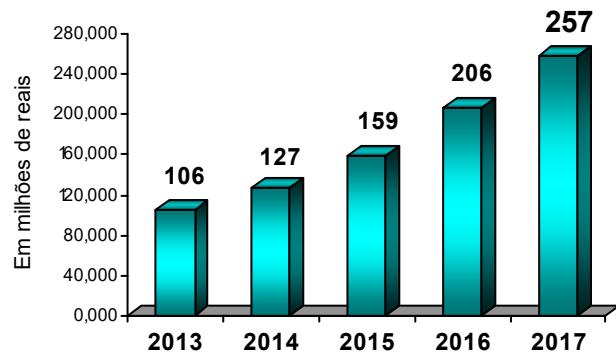
X. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

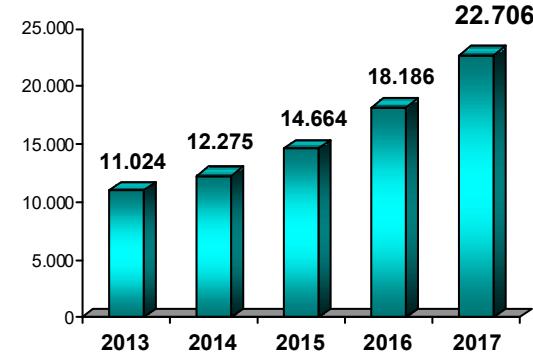
XI. Dados em Relação aos Agregados Financeiros

Os gráficos demonstram os dados da Instituição Financeira Cooperativa SICOOB Original em relação aos principais agregados financeiros, nos últimos 5 (cinco) anos.

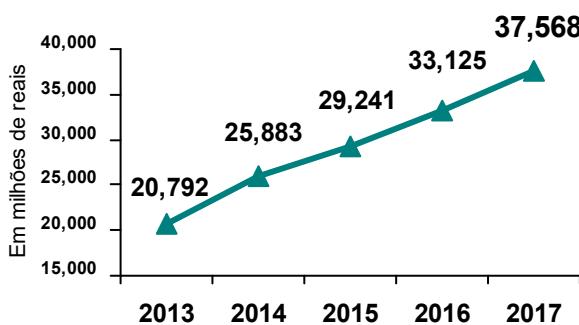
Ativo da Instituição Financeira Cooperativa



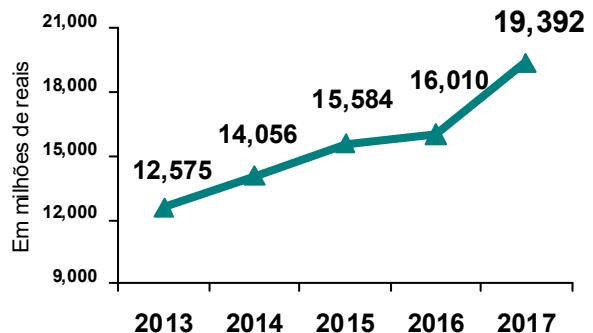
Número de Associados na Cooperativa Financeira



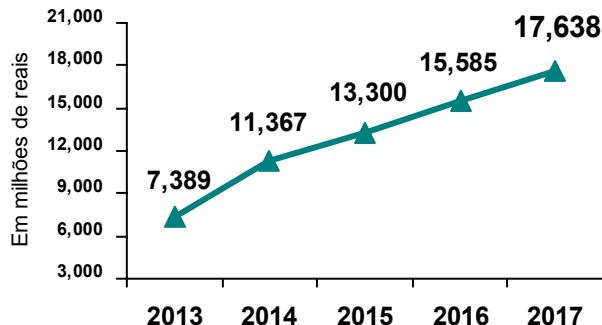
Patrimônio Líquido



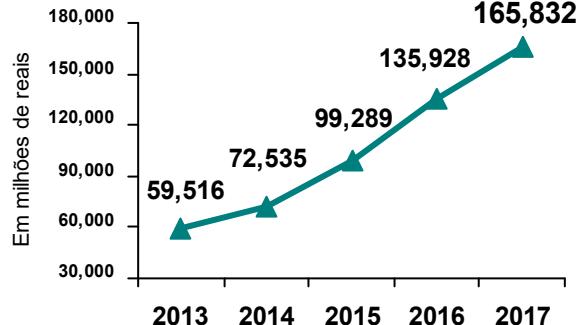
Cota Capital Integralizada



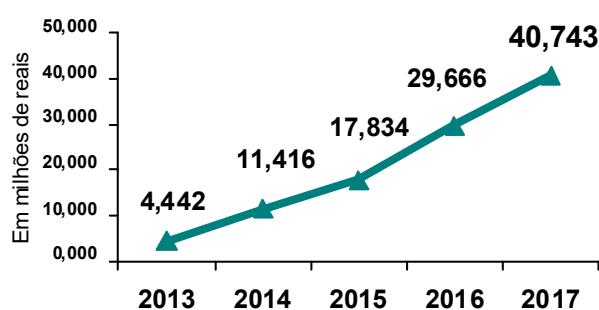
Reservas Financeiras



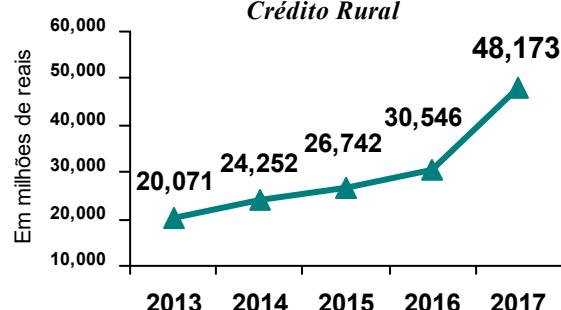
Depósitos dos Associados



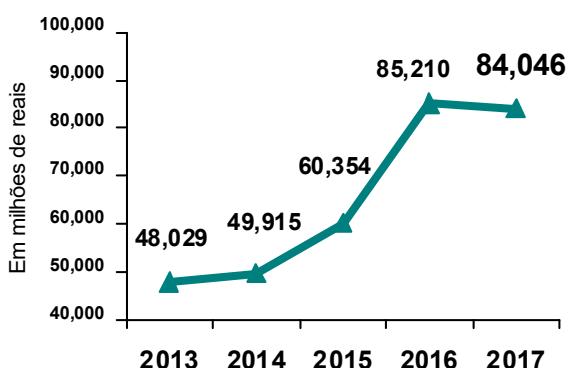
Repasso Recursos BNDES



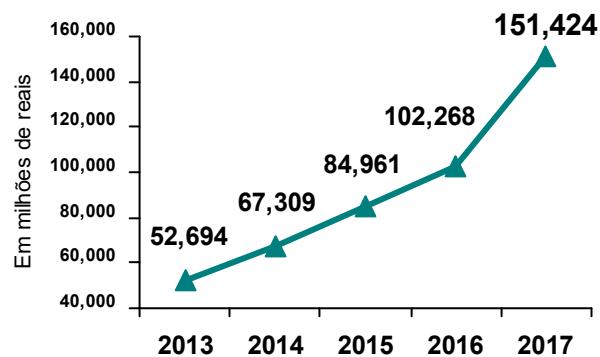
Recursos do Sistema Financeiro – Repasse Crédito Rural



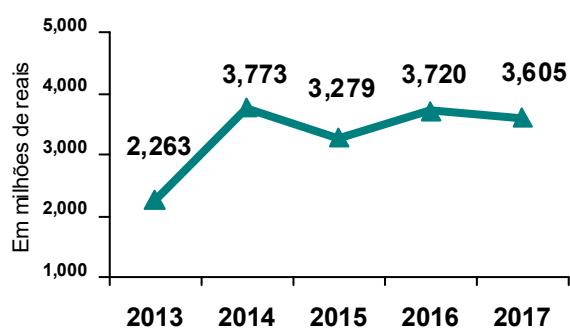
Aplicações da Disponibilidade no Mercado Financeiro



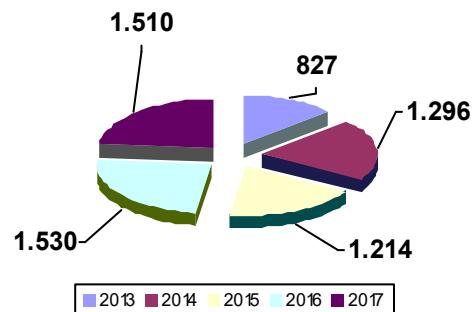
Carteira de Crédito



Resultado Líquido do Exercício



Resultado a Disposição da Assembleia com Juro ao Capital "Cota Capital" ⁽¹⁾



(1) Juros ao Capital foram distribuídos no ano de 2014, 2015 e 2017 no ultimo dia do ano.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários pela dedicação.

São Lourenço do Oeste/SC, 22 de Março de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria da Cooperativa Financeira SICOOB Original

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial – Em Reais

CÓD	DISCRIÇÃO DOS VERBETES	NOTA	EXERCÍCIO	
			2017	2016
	ATIVO CIRCULANTE		178.223.055,02	146.254.391,25
110	Disponibilidades	3	1.928.224,06	1.606.003,41
	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		766.441,45	-
122	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros		766.441,45	-
	Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ. Derivativos	4	703.591,73	83.577.150,29
131	Carteira Própria		703.591,73	83.479.606,25
134	Vinculados à Prestação de Garantias		-	97.544,04
	Relações Interfinanceiras	5	80.104.612,76	1.633.112,41
149	Centralização Financeira - Cooperativas		80.104.612,76	1.633.112,41
	Operações de Crédito	6	91.029.410,16	56.689.873,79
161	Operações de Crédito		93.105.064,65	58.122.026,05
169	(Provisão para Operações Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.075.654,49)	(1.432.152,26)
	Outros Créditos	7	2.021.111,70	1.784.321,44
181	Avais e Fianças Honrados		73.522,08	39.916,43
183	Rendas a Receber		939.382,86	345.750,24
187	Diversos		1.155.180,48	1.475.836,52
189	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(146.973,72)	(77.181,75)
	Outros Valores e Bens	8	1.669.663,16	963.929,91
194	Outros Valores e Bens		1.494.081,12	750.000,00
	Material em Estoque		31.356,13	28.515,25
199	Despesas Antecipadas		144.225,91	185.414,66
	ATIVO NÃO CIRCULANTE		79.492.671,74	60.073.379,83
	Realizável à Longo Prazo			
	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.852.153,12	-
122	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros		1.852.153,12	-
	Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ. Derivativos	4	619.941,33	-
131	Carteira Própria		619.941,33	-
	Operações de Crédito	6	56.942.773,32	42.748.211,24
161	Operações de Crédito		58.319.115,54	44.146.806,79
169	(Provisão para Operações Crédito de Liquidação Duvidosa)		(1.376.342,22)	(1.398.595,55)
	Investimentos	9	5.307.575,93	4.630.478,74
316	Participações em Cooperativa Central de Crédito		5.014.880,84	4.386.238,78
317	Participações Inst. Financeira Controlada por Coop. de Crédito		292.695,09	244.239,96
	Imobilizado de Uso	10	14.760.264,67	12.682.989,85
	Imobilizações em Curso		23.282,78	1.481.311,66
323	Imóveis de Uso		7.479.090,19	5.467.576,17
324	Outras Imobilizações de Uso		10.106.625,90	7.736.468,06
329	(Depreciações Acumuladas)		(2.848.734,20)	(2.002.366,04)
	Intangível		9.963,37	11.700,00
351	Ativos Intangíveis		12.200,00	11.700,00
359	(Amortização Acumulada)		(2.236,63)	-
	TOTAL DO ATIVO		257.715.726,76	206.327.771,08

As Notas Explicativas são partes Integrantes das Demonstrações Contábeis.

Balancão Patrimonial – Em Reais

CÓD.	DISCRIÇÃO DOS VERBETES	NOTA	EXERCÍCIO	
			2017	2016
	PASSIVO CIRCULANTE		213.107.970,22	165.496.127,47
	Depósitos	11	159.084.892,84	135.928.193,46
411	Depósitos à Vista		28.259.124,14	17.181.098,24
414	Depósitos à Prazo		130.825.768,70	118.747.095,22
	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12	6.545.800,28	106.496,09
432	Recur. de Letras Imobil., Hipotecárias, de Crédito e Similares		6.545.800,28	106.496,09
	Relações Interfinanceiras	13	40.183.590,12	21.544.945,91
443	Obrigações por Repasses Interfinanceiros		40.183.590,12	21.544.759,68
444	Correspondentes		-	186,23
	Relações Interdependências		1.294.300,00	1.285,71
451	Recebimento em Trânsito de Terceiros		1.294.300,00	1.285,71
	Obrigações por Empréstimo	14	1.152.332,08	1.232.362,35
462	Empréstimos no País - Outras Instituições		1.152.332,08	1.232.362,35
	Obrigações por Repasses do País	14	-	62.884,76
472	Outras Instituições		-	62.884,76
	Outras Obrigações	15	4.847.054,90	6.619.959,19
491	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		73.670,39	24.785,13
493	Sociais e Estatutárias	15.1	1.041.905,84	979.513,50
494	Fiscais e Previdenciárias	15.2	635.701,98	427.595,76
495	Negociação e Intermediação de Valores		61.250,27	19.797,02
503	Diversas	15.3	3.034.526,42	5.168.267,78
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		7.039.071,62	7.706.221,00
	Exigível à Longo Prazo			
	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12	201.984,06	-
432	Recur. de Letras Imobil., Hipotecárias, de Crédito e Similares		201.984,06	-
	Relações Interfinanceiras	13	6.581.107,68	6.634.029,48
443	Obrigações por Repasses Interfinanceiros		6.581.107,68	6.634.029,48
	Obrigações por Repasses do País	14	255.979,88	1.072.191,52
472	Outras Instituições		255.979,88	1.072.191,52
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	37.568.684,92	33.125.422,61
	Capital	17	19.392.914,52	16.010.042,06
605	De Domiciliados no País		19.940.696,29	16.805.861,55
608	(Capital a Realizar)		(547.781,77)	(795.819,49)
	Reservas de Sobras	17	17.638.105,45	15.585.310,40
615	Reservas de Sobras		17.638.105,45	15.585.310,40
	Sobras ou Perdas Acumuladas	17	537.664,95	1.530.070,15
617	Sobras ou Perdas A Disposição da Assembleia		537.664,95	1.530.070,15
	TOTAL DO PASSIVO		257.715.726,76	206.327.771,08

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado dos Semestres – Em Reais

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DOS VERBETES	1º Semestre 2017	2º Semestre 2017	Exercício 2017
10	Ingressos da Intermediação Financeira	15.791.463,64	16.097.725,77	31.889.189,41
711	Operações de Crédito	10.613.138,50	12.421.486,24	23.034.624,74
715	Resultado de Operações com TVM	2.595.691,51	220.494,35	2.816.185,86
720	Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.582.633,63	3.455.745,18	6.038.378,81
15	Dispêndios da Intermediação Financeira	(8.960.044,58)	(7.802.428,95)	(16.762.473,53)
812	Operações de Captação no Mercado	(6.998.045,25)	(5.336.453,33)	(12.334.498,58)
814	Operações de Empréstimos e Repasses	(906.641,40)	(1.179.556,10)	(2.086.197,50)
820	Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	(1.055.357,93)	(1.286.419,52)	(2.341.777,45)
20	Resultado Bruto da Intermediação Financeira (10-15)	6.831.419,06	8.295.296,82	15.126.715,88
50	Outros Ingressos/Dispêndios Operacionais	(5.326.845,94)	(5.959.215,54)	(11.286.061,48)
721	Ingressos de Prestação de Serviços	1.410.747,56	2.055.726,99	3.466.474,55
722	Ingressos de Tarifas Bancárias	195.339,19	216.997,51	412.336,70
822	Dispêndios de Pessoal	(3.768.192,05)	(4.789.177,75)	(8.557.369,80)
824	Outros Dispêndios Administrativos	(3.318.857,18)	(3.410.714,81)	(6.729.571,99)
826	Dispêndios Tributários	(51.908,28)	(56.782,67)	(108.690,95)
723	Result. Part. Coligadas e Controladas	82.985,24	-	82.985,24
725	Outros Ingressos Operacionais	263.877,07	313.282,55	577.159,62
832	Outros Dispêndios Operacionais	(140.837,49)	(288.547,36)	(429.384,85)
60	Resultado operacional (20+50)	1.504.573,12	2.336.081,28	3.840.654,40
65	Resultado Outros	40.778,38	(810,96)	39.967,42
75	Resultado Antes da Tributação Sobre a Sobra e Participações (60+65)	1.545.351,50	2.335.270,32	3.880.621,82
	Resultado com Ato Cooperativo	1.242.814,11	1.915.332,12	3.158.146,23
	Resultado com Ato Não Cooperativo	302.537,39	419.938,20	722.475,59
80	Imposto de Renda e Contribuição Social	(113.252,13)	(161.852,77)	(275.104,90)
890	Provisão para Imposto de Renda	(61.820,77)	(90.463,28)	(152.284,05)
892	Provisão para Contribuição Social	(51.431,36)	(71.389,49)	(122.820,85)
90	Sobras Líquidas (75-80)	1.432.099,37	2.173.417,55	3.605.516,92

As Notas Explicativas são partes Integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado do Exercício – Em Reais

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DOS VERBETES	RESULTADO DE ATOS		EXERCÍCIO	
		Cooperativo	Não Cooperativo	2017	2016
10	Ingressos da Intermediação Financeira	31.889.189,41	-	31.889.189,41	28.910.763,60
711	Operações de Crédito	23.034.624,74	-	23.034.624,74	18.783.937,42
715	Resultado de Operações com TVM	2.816.185,86	-	2.816.185,86	9.783.529,18
720	Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.038.378,81	-	6.038.378,81	343.297,00
15	Dispêndios da Intermediação Financeira	(16.762.473,53)	-	(16.762.473,53)	(15.243.560,05)
812	Operações de Captação no Mercado	(12.334.498,58)	-	(12.334.498,58)	(13.990.135,86)
814	Operações de Empréstimos e Repasses	(2.086.197,50)	-	(2.086.197,50)	(1.271.468,63)
820	Provisão para Créditos de Líq. Dúvidosa	(2.341.777,45)	-	(2.341.777,45)	18044,44
20	Resultado Bruto da Intermediação Financeira (10 - 15)	15.126.715,88	-	15.126.715,88	13.667.203,55
50	Outros Ingressos/Dispêndios Operacionais	(11.968.569,65)	682.508,17	(11.286.061,48)	(9.770.810,49)
721	Ingressos de Prestação de Serviços	1.893.962,65	1.572.511,90	3.466.474,55	2.104.613,60
722	Ingressos de Tarifas Bancárias	412.336,70	-	412.336,70	321.758,86
822	Dispêndios de Pessoal	(8.196.927,39)	(360.442,41)	(8.557.369,80)	(6.586.951,73)
824	Outros Dispêndios Administrativos	(6.294.849,68)	(434.722,31)	(6.729.571,99)	(5.013.092,86)
826	Dispêndios Tributários	(31.937,93)	(76.753,02)	(108.690,95)	(95.639,80)
723	Result. Part. Coligadas e Controladas	82.985,24	-	82.985,24	26.244,86
725	Outros Ingressos Operacionais	577.159,62	-	577.159,62	535.175,68
832	Outros Dispêndios Operacionais	(411.298,86)	(18.085,99)	(429.384,85)	(1.062.919,10)
60	Resultado operacional (20 + 50)	3.158.146,23	682.508,17	3.840.654,40	3.896.393,06
65	Resultado Não Operacional	-	39.967,42	39.967,42	2.361,57
75	Resultado Antes da Tributação Sobre a Sobra e Participações (60 + 65)	3.158.146,23	722.475,59	3.880.621,82	3.898.754,63
80	Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(275.104,90)	(275.104,90)	(178.529,03)
890	Provisão para Imposto de Renda	-	(152.284,05)	(152.284,05)	(95.364,94)
892	Provisão para Contribuição Social	-	(122.820,85)	(122.820,85)	(83.164,09)
	Resultado Líquido do Exercício Antes das Participações Estatutárias (75 - 80)	3.158.146,23	447.370,69	3.605.516,92	3.720.225,60
85	Participações Estatutárias na Sobra	(2.210.702,36)	(447.370,69)	(2.658.073,05)	(2.697.359,37)
893	F.A.T.E.S	(157.907,31)	(447.370,69)	(605.278,00)	(481.149,21)
894	Fundo de Reserva Legal	(1.263.258,49)	-	(1.263.258,49)	(1.363.821,64)
895	Fundo de Estabilidade Financeira	(789.536,56)	-	(789.536,56)	(852.388,52)
90	Sobra Líquida do Exercício (75-80-85)	947.443,87	-	947.443,87	1.022.866,23
92	Juros Sobre Capital Próprio	(972.939,60)	-	(972.939,60)	-
	Absorção dos Dispêndios com Assistência Técnica Educacional e Social pelo FATES			563.160,68	507.203,92
	Sobras à Deliberação da Assembleia Geral			537.664,95	1.530.070,15

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais

Eventos	Capital Social	Reservas		Sobras a Disposição da AGO	Totais
		Fundo Reserva Legal	Fundo de Estabilidade - FEF		
SALDO EM 31/12/2015	15.584.110,76	7.757.322,90	5.543.167,72	356.990,51	29.241.591,89
MUTAÇÕES EM 2016	425.931,30	1.432.431,26	852.388,52	1.173.079,64	3.883.830,72
Integralização de Capital	1.269.967,82				1.269.967,82
Devolução de Capital	(958.138,63)				(958.138,63)
Incorporação das Sobras	114.102,11			(114.102,11)	-
Distribuição das Sobras				(174.278,78)	(174.278,78)
Resultado do Ato Cooperativo				3.409.554,09	3.409.554,09
Resultado Com Atos Não Cooperativo				310.671,51	310.671,51
Destinações Estatutárias		1.363.821,64	852.388,52	(2.216.210,16)	-
Absorção dos Dispêndios com FATES				507.203,92	507.203,92
Sobras Outros Exercícios		68.609,62		(68.609,62)	-
FATES Ato Cooperativo				(170.477,70)	(170.477,70)
FATES Ato Não Cooperativo				(310.671,51)	(310.671,51)
SALDO EM 31/12/2016	16.010.042,06	9.189.754,16	6.395.556,24	1.530.070,15	33.125.422,61
MUTAÇÕES EM 2017	3.382.872,46	1.263.258,49	789.536,56	(992.405,20)	4.443.262,31
Integralização de Capital	1.799.946,07				1.799.946,07
Devolução de Capital	(605.426,76)				(605.426,76)
Incorporação das Sobras	1.216.286,18			(1.216.286,18)	-
Distribuição das Sobras				(313.783,97)	(313.783,97)
Resultado do Ato Cooperativo				3.158.146,23	3.158.146,23
Resultado Com Atos Não Cooperativo				447.370,69	447.370,69
Destinações Estatutárias		1.263.258,49	789.536,56	(2.052.795,05)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	972.939,60			(972.939,60)	-
IRRF Juros Sobre o Capital Próprio	(872,63)				(872,63)
Absorção dos Dispêndios com FATES				563.160,68	563.160,68
FATES Ato Cooperativo				(157.907,31)	(157.907,31)
FATES Ato Não Cooperativo				(447.370,69)	(447.370,69)
SALDO EM 31/12/2017	19.392.914,52	10.453.012,65	7.185.092,80	537.664,95	37.568.684,92

As Notas Explicativas são partes Integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstração de Fluxo de Caixa – Em Reais

DESCRÍÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais		
Sobras/Perdas do Exercício	3.880.621,82	3.898.754,63
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(68.609,62)
IRPJ / CSLL	(275.104,90)	(178.529,03)
Provisão para Operações de Crédito	(621.248,90)	36.570,56
Depreciações e Amortizações	848.604,79	827.315,41
	3.832.872,81	4.515.501,95
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.618.594,57)	-
Títulos e Valores Mobiliários	5.650.168,95	(1.462.128,33)
Operações de Crédito	(49.155.347,35)	(17.307.416,43)
Outros Créditos	(236.790,26)	(1.076.218,51)
Outros Valores e Bens	(705.733,25)	(688.175,79)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos a Vista	11.078.025,90	5.092.917,66
Depósitos sob Aviso	84.318,50	(42.809,55)
Depósitos a Prazo	11.994.354,98	31.588.458,02
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	6.641.288,25	106.496,09
Outras Obrigações	(1.772.904,29)	2.177.093,63
Relações Interdependências	1.293.014,29	1.285,71
Relações Interfinanceiras	18.585.722,41	3.918.883,47
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(959.126,67)	(119.218,30)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	3.711.269,70	26.704.669,62
Atividades de Investimentos		
Alienação de Investimento	(677.097,19)	(575.470,47)
Alienação de Imobilizações de Uso	(2.923.642,98)	(2.389.752,91)
Alienação de Intangível	(500,00)	(4.200,00)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(3.601.240,17)	(2.969.423,38)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	3.989.171,85	1.384.069,93
Devolução de Capital à Cooperados	(605.426,76)	(958.138,63)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	(313.783,97)	(174.278,78)
Absorção Ao FATES	563.160,68	507.203,92
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(447.370,69)	(310.671,51)
FATES Sobras Exercício	(157.907,31)	(170.477,70)
Subscrição do Juros ao Capital	(972.939,60)	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(872,63)	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	2.054.031,57	277.707,23
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	2.164.061,10	24.012.953,47
Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa Líquida		
No Ínicio do Período	79.868.775,72	55.855.822,25
No Fim do Período	82.032.836,82	79.868.775,72
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.164.061,10	24.012.953,47

As Notas Explicativas são partes Integrantes das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **04/08/1988**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB ORIGINAL** possui **13** Agências nas seguintes localidades: **SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, ABELARDO LUZ – SC, CORONEL MARTINS - SC, GALVÃO - SC, RENASCENÇA - PR, SÃO DOMINGOS - SC, NOVO HORIZONTE - SC, OURO VERDE - SC, BOM SUCESSO DO SUL - PR, MARIÓPOLIS - PR, JUPIÁ - SC, CAMPO ERÉ - SC**

O **SICOOB ORIGINAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 12/03/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo BACEN. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

2. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **Bancoob**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**.

3. Disponibilidades

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as disponibilidades estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidade	1.927.344,71	1.605.371,50
Depósitos Bancários	879,35	631,91
TOTAL	1.928.224,06	1.606.003,41

4. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa	1.323.533,06	83.479.606,25
Vinculados a Prestação de Garantias	0,00	97.544,04
TOTAL	1.323.533,06	83.577.150,29

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI.

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas	80.104.612,76	1.633.112,41
TOTAL	80.104.612,76	1.633.112,41

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	207.653,26	0,00	207.653,26	72.974,13
Empréstimos	23.402.459,42	27.651.603,07	51.054.062,49	34.496.507,50
Títulos Descontados	12.593.280,95	0,00	12.593.280,95	8.020.675,79
Financiamentos	12.328.529,38	22.283.608,75	34.612.138,13	28.473.162,58
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	44.573.141,64	8.383.903,72	52.957.045,36	31.205.512,84
(-) Provisões para Operações de Crédito	-2.075.654,49	-1.376.342,22	-3.451.996,71	-2.830.747,81
TOTAL	91.029.410,16	56.942.773,32	147.972.183,48	99.438.085,03

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	3.307.965,31	0,00	1.006.428,23	5.356.807,85	9.671.201,39		4.075.918,88	
A 0,5% Normal	30.366.717,41	442.676,41	21.934.197,07	26.094.383,38	78.837.974,27	(394.189,87)	65.842.482,55	(329.212,41)
B 1% Normal	16.499.902,27	1.811.669,51	8.169.302,78	18.559.544,35	45.040.418,91	(450.404,19)	21.595.336,49	(215.953,36)
B 1% Vencidas	563.116,50	36.790,65	423.267,46	2.302,04	1.025.476,65	(10.254,77)	1.375.928,13	(13.759,28)
C 3% Normal	5.404.608,88	581.844,82	1.690.138,88	1.532.627,51	9.209.220,09	(276.276,60)	3.513.655,41	(105.409,66)
C 3% Vencidas	1.528.947,09	17.670,56	477.549,91	219.490,43	2.243.657,99	(67.309,74)	985.739,73	(29.572,19)
D 10% Normal	428.729,66	151.872,03	209.628,01	413.182,65	1.203.412,35	(120.341,24)	1.554.853,67	(215.799,90)
D 10% Vencidas	740.335,61	11.227,98	226.187,86	133.182,26	1.110.933,71	(111.093,37)	926.654,00	(92.665,40)
E 30% Normal	84.215,11	58.395,80	15.996,73	15.428,96	174.036,60	(52.210,98)	129.594,51	(38.878,35)
E 30% Vencidas	519.028,41	10.251,07	121.324,27	195.433,47	846.037,22	(253.811,17)	263.170,36	(78.951,11)
F 50% Normal	36.790,41	23.894,81	18.936,57	9.333,81	88.955,60	(44.477,80)	117.230,48	(58.615,24)
F 50% Vencidas	141.548,10	2.737,09	60.464,14	56.737,85	261.487,18	(130.743,59)	376.447,36	(188.223,68)
G 70% Normal	35.974,80	13.776,80	0,00	163.371,21	213.122,81	(149.185,97)	29.557,80	(20.690,46)
G 70% Vencidas	254.058,50	1.893,43	99.212,21	0,00	355.164,14	(248.616,14)	130.822,34	(91.575,64)
H 100% Normal	187.333,21	60.334,19	41.476,92	31.946,19	321.090,51	(321.090,51)	737.881,64	(737.881,64)
H 100% Vencidas	370.188,11	23.285,21	255.244,05	173.273,40	821.990,77	(821.990,77)	613.559,49	(613.559,49)
Total Normal	56.352.237,06	3.144.464,37	33.086.105,19	52.176.625,91	144.759.432,53	(1.808.177,16)	97.596.511,43	(1.722.441,02)
Total Vencidos	4.117.222,32	103.855,99	1.663.249,90	780.419,45	6.664.747,66	(1.643.819,55)	4.672.321,41	(1.108.306,79)
Total Geral	60.469.459,38	3.248.320,36	34.749.355,09	52.957.045,36	151.424.180,19	(3.451.996,71)	102.268.832,84	(2.830.747,81)
Provisões	(1.678.063,92)	(183.492,02)	(751.276,36)	(839.164,41)	(3.451.996,71)		2.830.747,81	
Total Líquido	58.791.395,46	3.064.828,34	33.998.078,73	52.117.880,95	147.972.183,48		99.438.085,03	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adto Depositante/Cheque Especial/ Conta Garantida	3.248.320,36	0,00	0,00	3.248.320,26
Empréstimos	6.563.102,46	13.732.973,22	27.580.102,75	47.876.178,43
Financiamentos	3.483.994,23	8.910.251,79	22.355.109,07	34.749.355,09
Títulos Descontados	11.423.591,71	1.169.689,24	0,00	12.593.280,95
Financiamentos Rurais	4.401.971,37	40.171.170,27	8.383.903,72	52.957.045,36
TOTAL	29.120.980,13	63.984.084,52	58.319.115,54	151.424.180,19

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	225.789,11	6.256.792,39	1.556.247,96	2.036.498,43	10.075.327,89	7%
Setor Privado - Indústria	205.686,94	9.872.403,94	5.838.612,35	0,00	15.916.703,23	11%
Setor Privado - Serviços	1.102.762,54	26.576.965,67	2.613.925,70	0,00	30.293.653,91	20%
Pessoa Física	1.680.952,06	38.176.732,13	1.907.658,75	50.920.546,93	92.685.889,87	61%
Outros	33.129,71	1.742.639,39	676.836,19	0,00	2.452.605,29	2%
TOTAL	3.248.320,36	82.625.533,52	12.593.280,95	52.957.045,36	151.424.180,19	100%

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	1.320.453,94	1.299.384,48
Valor das operações transferidas no período	2.064.582,32	1.447.250,60
Valor das operações recuperadas no período	(474.750,11)	(1.426.181,14)
TOTAL	2.910.286,15	1.320.453,94

7. Outros créditos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Créditos por Avais e Fianças Honrados	73.522,08	39.916,43
Rendas a Receber (a)	939.382,86	345.750,24
Adiantamentos e Antecipações Salariais	29.594,11	28.356,07
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	0,00	380.965,94
Cheques a Receber	6.000,00	140.000,00
Devedores por Compra de Valores e Bens	0,00	125.000,00
Devedores por Depósitos em Garantia (Ver Nota 15.3)	551.906,48	525.850,02
Impostos e Contribuições a Compensar	211.201,36	155.592,65
Pagamentos a Ressarcir	0,00	4.836,99
Títulos e Créditos a Receber	285.575,54	113.234,85
Devedores Diversos - País	70.902,99	2.000,00
(-) Provisão para Outros Créditos	(146.973,72)	(77.181,75)
Totais	2.021.111,70	1.784.321,44

(a) Refere-se, substancialmente, a rendas a receber da centralização financeira, e rendas de serviços prestados a receber.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Imóveis (a)	1.494.081,12	750.000
Material em Estoque	31.356,13	28.515,25
Dispêndios (despesas) Antecipados	144.225,91	185.414,66
Totais	1.669.663,16	963.929,91

(a) Os bens não de uso referem-se, principalmente a bens móveis e imóveis recebidos em dação de pagamentos de empréstimos, deduzidos de eventuais provisões para desvalorização dos bens, com base em laudo de avaliação elaborado por empresas especializadas, quando aplicável.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	5.014.880,84	4.386.238,78
Participações inst financ controlada coop crédito	292.695,09	244.239,96
TOTAL	5.307.575,93	4.630.478,74

10. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	23.282,78	1.481.311,66	
Terrenos	1.267.112,72	1.267.112,72	
Edificações	6.211.977,47	4.200.463,45	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(529.243,24)	(340.662,01)	
Instalações	3.716.771,20	2.466.638,72	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(292.605,09)	(181.256,37)	
Móveis e equipamentos de Uso	3.223.189,68	2.354.705,25	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(876.772,82)	(578.777,98)	
Sistema de Comunicação	1.279.034,36	1.135.258,76	20%
Sistema de Processamento de Dados	855.282,11	952.707,32	10%
Sistema de Segurança	628.627,15	590.940,82	10%
Sistema de Transporte	403.721,40	236.217,19	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(1.150.113,05)	(901.669,68)	
TOTAL	14.760.264,67	12.682.989,85	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	28.259.124,14	17.181.098,24
Depósito Sob Aviso	1.374.760,48	1.290.441,98
Depósito a Prazo	129.451.008,22	117.456.653,24
TOTAL	159.084.892,84	135.928.193,46

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(128.844,45)	(159.932,74)
Despesas de Depósitos a Prazo	(11.704.420,34)	(13.651.166,22)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(275.332,77)	(496,09)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(225.901,02)	(178.540,81)
TOTAL	(12.334.498,58)	(13.990.135,86)

12. Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio

Trata-se de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que são títulos emitidos pela Cooperativa, com a finalidade de captação de recursos para participantes da cadeia do agronegócio. Criados pela Lei nº 11.076, esses papéis tem como atrativos o fato de que os investidores pessoas físicas têm seus rendimentos isentos de imposto de renda e a partir de 23 de Maio de 2013 as LCAs são cobertas pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	6.747.784,34	106.496,09
TOTAL	6.747.784,34	106.496,09

As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) estão lastreadas por operações de Cédula de Crédito Bancário (CCB) e essas operações são emitidas com taxas pré e pós fixadas.

13. Repasses Interfinanceiros

Instituição	Finalidade	Vencimento			Total
		Data	Circulante	Não Circulante	
Banco Cooperativo do Brasil	Repasso Rural	2018 a 2023	25.400.896,15	5.068.213,45	30.469.109,60
Coop. Central de Crédito SC/RS	Repasso Rural	2018 a 2020	14.782.693,97	1.512.894,23	16.295.588,20
Totais			40.183.590,12	6.581.107,68	46.764.697,80

As obrigações são atualizadas: Encargos entre 1% à 8,50% a.a

14. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituição	Finalidade	Vencimento			Total
		Data	Circulante	Não Circulante	
Coop. Central de Crédito SC/RS	Empréstimo (1)	2018	1.152.332,08	0,00	1.152.332,08
Banco do Brasil S/A	PESA (2)	2019	0,00	255.979,88	255.979,88
Totais			1.152.332,08	255.979,88	1.408.311,96

As obrigações são atualizadas: (1) Encargos de 0,08% a.m (2) Encargos do IGPM a.m.

15. Outras Obrigações

Descrição	2017	2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	73.670,39	24.785,13
Sociais e Estatutárias	1.041.905,84	1.005.568,21
Fiscais e Previdenciárias	635.701,98	427.595,76
Negociação e Intermediação de Valores	61.250,27	19.797,02
Diversas	3.034.526,42	5.168.267,78
TOTAL	4.847.054,90	6.646.013,90

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (a)	280.138,87	405.977,86
Resultado de Atos com Não Associados (a)	447.370,69	305.469,09
Cotas de Capital a Pagar (b)	314.396,28	294.121,26
TOTAL	1.041.905,84	1.005.568,21

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para impostos e contribuições/lucros	275.104,90	178.529,03
Impostos e contribuições a recolher	360.597,08	249.066,73
TOTAL	635.701,98	427.595,76

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cheques Administrativos	0,00	2.446.701,33
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	24.641,79	261.829,10
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	177.479,76	163.405,69
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.074.147,20	1.108.414,04
Provisão para Passivos Contingentes (b)	551.906,48	525.850,02
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	464.158,43	165.206,94
Credores Diversos – País (d)	742.192,76	496.860,66
TOTAL	3.034.526,42	5.168.267,78

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e cíveis em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	551.906,48	551.906,48	525.850,02	525.850,02
TOTAL	551.906,48	551.906,48	525.850,02	525.850,02

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos exercícios de 2000 a 2004 para o COFINS e de 2002 a 2004 para o PIS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

As ações judiciais e administrativas fiscais são classificadas pelos advogados externos como: prováveis e possíveis, e o parecer jurídico levam em conta a natureza da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

"A provisão é reconhecida somente quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado, (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Com base nessas premissas, quando existe na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", o Sicoob reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

(c) A Cooperativa manteve o complemento da provisão para cobertura de eventuais perdas inerentes ao curso normal dos negócios, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Valor Provisionado em 31/12/2017	Valor Provisionado em 31/12/2016
Garantias Prestadas	464.158,43	165.206,94

(d) Referem-se às responsabilidades da instituição perante pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no país.

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ORIGINAL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	19.392.914,52	16.010.042,06
Associados	22.706	18.186

b) Reserva Legal

Constituído de acordo com o previsto no Estatuto Social artigo 33, o Fundo de Reserva Legal destina-se a reparar perdas eventuais e a atender ao desenvolvimento das atividades da Instituição Financeira

Cooperativa, sem que haja transmissão de responsabilidades através do rateio das perdas. Foi contabilizado no grupo Reserva de Sobras, o valor de R\$ 10.453.012,65 (dez milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, doze reais e sessenta e cinco centavos). No exercício de 2017, a Instituição Financeira Cooperativa aumentou seu Fundo de Reserva Legal em R\$ 1.263.258,49, com recurso proveniente da destinação estatutária correspondente a 40% das sobras do ato cooperativo do exercício;

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Constituído de acordo com o previsto no Estatuto Social artigo 33, o Fundo de Estabilidade Financeira visa dar lastro a eventuais deficiências financeiras da Instituição Financeira Cooperativa, sem que haja transmissão de responsabilidades através do rateio das perdas, ao mesmo tempo em que os valores possibilitarão com que haja crescimento dos níveis de alavancagem econômica, reduzindo o grau de endividamento e equilíbrio para ponderação dos ativos de riscos. Foi contabilizado no grupo Reserva de Sobras, o valor de R\$ 7.185.092,80 (sete milhões, cento e oitenta e cinco mil, noventa e dois reais e oitenta centavos). No exercício de 2017, a Instituição Financeira Cooperativa aumentou seu Fundo de Estabilidade - FEF em R\$ 789.536,56, com recurso proveniente da destinação estatutária correspondente a 25% das sobras do ato cooperativo do exercício;

d) Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - F.A.T.E.S.

Constituído de acordo com o previsto no estatuto social artigo 33, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES destina-se à prestação de assistência aos dirigentes, associados e seus familiares, e aos empregados da Instituição Financeira Cooperativa. Foram contabilizadas no grupo Outras obrigações Sociais e Estatutárias, no Passivo, o valor de R\$ 605.278,00 (seiscientos e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais), sendo que R\$ 157.907,31 (cento e cinquenta e sete mil, novecentos e sete reais e trinta e um centavos) proveniente do resultado de atos cooperativo e R\$ 447.370,69 (quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta reais e sessenta e nove centavos) proveniente do resultado de atos não cooperativo.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17/02/2017 os cooperados deliberaram a distribuição da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2016**, no valor de R\$ 1.530.070,15 (um milhão quinhentos e trinta mil, setenta reais e quinze centavos), com o aumento do capital social no valor de R\$ 1.216.286,18 (um milhão duzentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta e seis reais e dezoito centavos), pela distribuição em conta corrente dos associados no valor de R\$ 301.296,46 (trezentos e um mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos) e Cotas de Capital à Pagar no valor R\$ 12.487,51 (doze mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos).

f) Destinações estatutárias e legais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
01. Ato Cooperado	3.158.146,23	3.409.554,09
02. Ato Não Cooperado	447.370,69	310.671,51
03. Sobras do Exercício (1+2)	3.605.516,92	3.720.225,60
04. (-) Destinação FATES – Ato Não Cooperado	(447.370,69)	(310.671,51)
05. Resultado Antes da Participação Estatutária (3-4)	3.158.146,23	3.409.554,09
06. (-) Dest. Estat. FATES (5%)	(157.907,31)	(170.447,70)
07. (-) Dest. Estat. Reserva Legal (40%)	(1.263.258,49)	(1.363.821,64)
08. (-) Dest. Estat. Fundo de Estabilidade Financeira – FEF (25%)	(789.536,56)	(852.388,52)
09. Total das Destinações Estatutárias (06+07+08)	(2.210.702,36)	(2.386.687,86)
10. Sobras Líquidas do Exercício (5-9)	947.443,87	1.022.866,23
11. Juros Sobre Capital Próprio	(972.939,60)	0,00
12. Absorção dos Dispêndios com Assit. Técnica Educacional e Social pelo FATES	563.160,68	507.203,92
13. Sobras Líquidas do Exercício a Disposição da AGO (10+11+12)	537.664,95	1.530.070,15

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi de 4% sobre o saldo médio de capital no ano 2017, respeitando o limite da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	188.842,56	206.748,85
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	35.411,53	42.385,52
Rendas de Créditos Específicos	7.284,21	15.802,18
Reversão de Outras Provisões Operacionais	214.030,14	1.224.204,89
Outras Rendas Operacionais	388.317,06	388.317,06
TOTAL	833.885,50	1.877.458,50

20. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	274.601,99	249.484,86
Rendas de Empréstimos	10.720.971,30	8.022.676,32
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.129.546,10	2.607.197,11
Rendas de Financiamentos	6.235.163,53	6.668.885,45
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	275.927,40	333.518,37
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	447.668,98	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	1.079.716,83	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	66.607,38	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	34.118,91	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	72,80	0,00
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	900.166,17	1.219.813,39
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	159.590,52	0,00
Rendas c/ Tít. Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	2.656.595,34	9.783.529,18
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	507.625,58	1.298.990,45
TOTAL	26.488.372,83	30.184.095,13

21. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas Obrig por Operações Vinculadas a Cessão	(0,19)	0,00
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(139.129,61)	(340.375,89)
Despesas de Descontos Concedidos	(7.346,63)	0,00
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(3.843,00)	(5.385,35)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(16,61)	(4.801,78)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(7.128,50)	(3.045,66)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(3.546,50)	(1.497,38)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(218.904,37)	(180.286,45)
Outras Despesas Operacionais	(197.686,61)	(40.587,07)
Provisão para Garantias Prestada	0,00	(145.021,08)
Garantias Financeiras Prestadas	(334.363,02)	0,00
Outras Provisões Operacionais	(26.351,71)	(172.248,49)
TOTAL	(938.316,75)	(893.249,15)

22. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Despesas De Captação	(12.334.498,58)	(13.990.135,86)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(2.086.197,50)	(1.271.468,63)
Provisões para operações de crédito	(2.415.600,55)	(2.287.605,42)
TOTAL	(16.836.296,63)	(17.549.209,91)

23. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	32.186,03	600,00
Ganhos de Capital	18.658,26	24.144,85
Outras Rendas não Operacionais	120,77	0,00
(-) Perdas de Capital	(10.997,64)	(22.383,28)
Resultado Líquido	39.967,42	2.361,57

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1.854,64	15,40	0%
Conta Garantida	15.256,28	152,56	1%
Crédito Rural	2.272.929,91	25.624,23	4%
Empréstimo	293.246,15	2.754,97	1%
Financiamento	378.448,91	2.366,41	1%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	219.555,10	0,78%	0%
Depósitos a Prazo	1.733.849,21	1,26%	0,51%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	0,37%
Credito Rural (modalidades)	1,2%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	227.557,80
Empréstimos e Financiamentos	966.500,00

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(841.674,54)
Encargos Sociais	(177.007,84)

25. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB ORIGINAL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

26. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

26.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWApad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB ORIGINAL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a **SICOOB - ORIGINAL** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB ORIGINAL** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

26.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da **SICOOB - ORIGINAL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **SICOOB - ORIGINAL** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **SICOOB - ORIGINAL** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade

26.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da **SICOOB - ORIGINAL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a **SICOOB - ORIGINAL** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB - ORIGINAL** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2017.

Conselho de Administração

Artêmio José Flach – Presidente
Nelson Luiz Moresco – Vice-Presidente
Erico Ecker – Conselheiro
Vilmar Cavasin – Conselheiro
Vlademir Batisti – Conselheiro
Orestes Emilio Roman – Conselheiro
Valdecir Orso – Conselheiro

Diretoria

Gilmar Aristeu Bazzo – Diretor Executivo
Normides Scalsavara – Diretor

Contador

Julio Cesar de Oliveira
CRC/SC – 036444/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Original – SICOOB Original, no uso de suas atribuições legais e estatutária, após examinar o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Cooperativa, o relatório da Diretoria, relativo ao período de 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, declara que os Atos da Administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis examinadas, a posição patrimonial e financeira da Instituição Financeira Cooperativa, em 31 de dezembro de 2017.

O parecer do Conselho Fiscal é favorável e recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelos Senhores Associados em Assembléia Geral Ordinária.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de Março de 2018.

Honório Lazzarotto
Coordenador

Mario César Honaiser
Conselheiro

Rodrigo Cunha Canci
Conselheiro

André Ricardo Dambros
Conselheiro

Hilario Sigel
Conselheiro

Milton Deon
Conselheiro

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Original - SICOOB Original
São Lourenço do Oeste - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Original - SICOOB Original, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Original - SICOOB Original em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016

As demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Original - SICOOB Original para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 18 de janeiro de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 22 de março de 2018.



Rui de Assis Vasconcelos
Contador – CRC MG75505/O-3

Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1